

Escolas como plataformas para a participação e para a agência de jovens através da educação para a cidadania: Estratégias de escolas e percepções de jovens

Nicolas Martins da Silva & Sofia Marques da Silva

Resumo

Estudos em educação têm chamado a atenção para a importância do desenvolvimento de competências democráticas de jovens a partir da educação para a cidadania, confirmando-se o papel fundamental da escola pública na formação pessoal e social de jovens. Tem-se dado também destaque à importância de uma abordagem à educação para a cidadania contemplando dimensões vivenciais e tendo por base a experiência para a aprendizagem, bem como a valorização de abordagens participativas como fundamentais para a promoção destas competências. Este artigo, resultado de um estudo com métodos mistos, procura, recorrendo à análise de documentos orientadores escolares, a entrevistas semiestruturadas a docentes coordenadores de Educação para a Cidadania e a um inquérito por questionário distribuído a jovens estudantes do Ensino Secundário, compreender como escolas, neste exercício, surgem como plataformas para a participação cívica e política de jovens. Os resultados apontam uma diversidade de estratégias protagonizadas por diferentes atores educativos que escolas desenvolvem com o intuito de envolver cívica e politicamente estudantes, ora na promoção de iniciativas de natureza comunitária, ora na promoção da participação de jovens em ambiente escolar. Além disso, as percepções de jovens demonstram uma valorização, por parte destes atores, de abordagens mais participativas no âmbito da educação para a cidadania nos seus contextos escolares.

Palavras-chave:

educação para a cidadania; participação de jovens; escolas rurais; ensino secundário

Schools as platforms for youth participation and agency through citizenship education: school strategies and young people's perception

Abstract: Studies in education have drawn attention to the importance of developing democratic skills in young people through citizenship education, confirming the fundamental role of public schools in the personal and social development of young people. Emphasis has also been placed on the importance of an approach to citizenship education that encompasses experiential dimensions and is based on experiential learning, as well as the value of participatory approaches to the promotion of these skills. This article, the result of a mixed-methods study, seeks to understand how schools emerge as platforms for the civic and political participation of young people by analysing school guidance documents, semi-structured interviews with teachers coordinating citizenship education, and a questionnaire distributed to young secondary school students. The results point to a diversity of strategies led by different educational actors that schools develop with the aim of involving students civically and politically, either by promoting community initiatives or by promoting youth participation in the school environment. In addition, young people's perceptions show that these actors value more participatory approaches to citizenship education in their school contexts.

Keywords: citizenship education; youth participation; rural schools; secondary education

Les écoles comme plateformes de participation et d'autonomisation des jeunes à travers l'éducation à la citoyenneté : stratégies des écoles et perceptions des jeunes

Résumé: Des études en matière d'éducation ont attiré l'attention sur l'importance du développement des compétences démocratiques des jeunes à partir de l'éducation à la citoyenneté, confirmant le rôle fondamental de l'école publique dans la formation personnelle et sociale des jeunes. L'accent a également été mis sur l'importance d'une approche de l'éducation à la citoyenneté qui tienne compte des dimensions expérientielles et qui soit fondée sur l'expérience pour l'apprentissage, ainsi que sur la valorisation des approches participatives comme éléments fondamentaux pour la promotion de ces compétences. Cet article, résultat d'une étude utilisant des méthodes mixtes, cherche, à partir de l'analyse de documents d'orientation scolaire, d'entretiens semi-structurés avec des enseignants coordinateurs de l'éducation à la citoyenneté et d'une enquête par questionnaire distribuée à des jeunes étudiants de l'enseignement secondaire, à comprendre comment les écoles, dans cet exercice, apparaissent comme des plateformes pour la participation civique et politique des jeunes. Les résultats mettent en évidence une diversité de stratégies mises en œuvre par différents acteurs éducatifs que les écoles développent dans le but d'impliquer civique et politiquement les élèves, tant dans la promotion d'initiatives à caractère communautaire que dans la promotion de la participation des jeunes dans le milieu scolaire. En outre, les perceptions des jeunes montrent que ces acteurs valorisent les approches plus participatives dans le domaine de l'éducation à la citoyenneté dans leur contexte scolaire.

Mots-clés: éducation à la citoyenneté; participation des jeunes; écoles rurales; enseignement secondaire

Las escuelas como plataformas para la participación y la agencia de los jóvenes a través de la educación para la ciudadanía: estrategias escolares y percepciones de los jóvenes

Resumen: Los estudios en educación han llamado la atención sobre la importancia de desarrollar las competencias democráticas de los jóvenes a partir de la educación para la ciudadanía, lo que confirma el papel fundamental de la escuela pública en la formación personal y social de los jóvenes. También se ha destacado la importancia de un enfoque de la educación para la ciudadanía que contempla las dimensiones experienciales y se basa en la experiencia para el aprendizaje, así como la valoración de los enfoques participativos como fundamentales para la promoción de estas competencias. Este artículo, resultado de un estudio con métodos mixtos, trata de comprender, mediante el análisis de documentos orientadores escolares, entrevistas semiestructuradas a profesores coordinadores de Educación para la Ciudadanía y una encuesta distribuida a jóvenes estudiantes de secundaria, cómo las escuelas, en este ejercicio, se convierten en plataformas para la participación cívica y política de los jóvenes. Los resultados apuntan a una diversidad de estrategias protagonizadas por diferentes actores educativos que las escuelas desarrollan con el fin de involucrar cívica y políticamente a los estudiantes, ya sea en la promoción de iniciativas de carácter comunitario o en la promoción de la participación de los jóvenes en el entorno escolar. Además, las percepciones de los jóvenes demuestran que estos actores valoran los enfoques más participativos en el ámbito de la educación para la ciudadanía en sus contextos escolares.

Palabras clave: educación para la ciudadanía; participación de los jóvenes; escuelas rurales; enseñanza secundaria

1. Introdução

Estudos em educação têm vindo a chamar à atenção para a relevância da participação de jovens nos mais distintos contextos educacionais, sejam os escolares, associativos ou comunitários (Silva, 2025; Silva, 2023; Silva et al., 2023). Esta participação é tanto mais relevante quanto tem sido considerada fundamental para a manutenção dos sistemas democráticos. Ao mesmo tempo, a educação escolar tem sido percecionada como fundamental para a promoção da cidadania ativa de jovens e para a promoção de valores democráticos – também como *espaço-agente* para a manutenção dos sistemas democráticos – particularmente através da educação para a cidadania (e.g., Bolívar, 2012; Osler & Starkey, 2018; Ross, 2012).

Neste seguimento, as orientações internacionais e nacionais têm apelado para o desenvolvimento de competências democráticas e para a promoção de uma educação para a cidadania democrática no sentido de uma maior participação de jovens, nomeadamente em processos de tomada de decisão que afetam as suas vidas, a vida das suas escolas e comunidades, destacando a importância da implementação de culturas democráticas nas escolas para jovens aprenderem através da democracia (Conselho Europeu, 2018) ou, ainda, a importância da criação e implementação, a partir da educação para a cidadania, de estratégias de base comunitária promotoras da participação cívica ativa dos jovens estudantes (UE, 2018).

No mesmo sentido, a nível nacional, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (DGE, 2025) e o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* (DGE, 2017b) apontam a importância e protelam a educação para a cidadania enquanto espaço para a promoção de aprendizagens que influenciam a formação da consciência cívica dos alunos, preocupações reforçadas no Decreto-lei 55/2018, norteador do currículo dos Ensinos Básico e Secundário, e nos *Planos Nacionais para a Juventude I e II*, estes últimos apontando para a importância do desenvolvimento de competências para uma cultura democrática e atitudes cívicas dos/as jovens através da educação para a cidadania em contexto escolar (AR, 2018a; AR, 2018b, AR, 2022).

Estudos de natureza empírica têm indicado benefícios da educação para a cidadania na promoção da participação de jovens, nomeadamente para uma influência direta entre as oportunidades criadas no âmbito da educação para a cidadania e o desenvolvimento de competências democráticas de jovens, quer no que diz respeito ao interesse e à participação política de jovens (e.g., Henn et al., 2025; Hoskins et al., 2012), quer no que se relaciona a uma maior predisposição para o voto e para a participação cívica (Henn et al., 2025; Pontes et al., 2019).

A literatura em torno da educação para a cidadania tem ainda abordado o seu lugar e materialização em contexto escolar, apontando na direção de uma maior

importância da dimensão processual da aprendizagem através da experiência – numa abordagem maximalista à EpC – em detrimento de uma lógica minimalista onde o seu lugar se circunscreve à transmissão dos saberes (e.g., Kerr, 1999; Lawy & Biesta, 2006). A esta perspetiva está subjacente uma conceção de cidadania e de educação para a cidadania que coloca o seu foco na valorização das aspirações, expectativas, prioridades e participação de jovens, pautando-se por uma lógica mais horizontal e encarando assim os jovens enquanto “cidadãos na prática” (Lawy & Biesta, 2006). Estas perspetivas em educação para a cidadania fazem eco do contributo de Dewey e da sua filosofia pragmática, que perceciona a democracia como atitude a ser central na atividade das escolas, o que pressupõe envolver os jovens ativamente em processos de decisão na vida escolar (Breslin & Defour, 2006; Dewey, 1916; Macedo & Araújo, 2014).

O desenvolvimento de metodologias participativas e deliberativas tem sido também destacado como propulsor para a promoção não só de aprendizagens mais significativas, mas também para promover as competências necessárias à participação dos jovens. Para Doğanay (2012, p. 25), a educação para a cidadania “deve incluir não só conhecimentos, valores e competências, mas também a aplicação desses conhecimentos, valores e competências em situações da vida real, através da sua participação ativa”. Em paralelo, outros autores apontam para o potencial de uma ênfase participativa e de natureza comunitária em educação para a cidadania como podendo ser promotoras de competências democráticas nos estudantes, isto é, do seu envolvimento reflexivo em atividades comunitárias, contribuindo assim para o reforço de conhecimentos e de competências essenciais para uma cidadania ativa e destacando o seu potencial emancipatório, de mudança e de justiça social (e.g., Jerome, 2012; Menezes & Ferreira, 2014).

Considera-se, neste lugar, a escola na sua função cívica, onde a cidadania e a educação para a cidadania surgem como “objetivos da escolarização no seu conjunto” (Davies, 2012, p. 36), isto é, como indispensáveis na ação educativa para a formação integral de jovens. Compreende-se a escola como plataforma, entendida aqui como base institucional e cultural que sustenta e articula oportunidades de exercício da cidadania ativa e da participação juvenil. Baseando-nos nos contributos de Dewey (1916) e de Biesta (2011), as escolas surgem como arenas participativas e laboratórios de cidadania para o desenvolvimento da participação e agência de jovens, ora oferecendo espaços para o exercício da cidadania através da sua participação em contexto escolar – a democracia vivida em contexto escolar (Breslin & Defour, 2006; de Souza & Finatti, 2024; Macedo & Araújo, 2014) – ora criando oportunidades de uma ação educativa voltada para a cidadania e participação de jovens com foco comunitário (Silva, 2024; Menezes & Ferreira, 2014).

2. Metodologia

Este artigo resulta de um estudo com métodos mistos desenvolvido entre 2020 e 2023 em 29 contextos escolares de fronteira de Portugal Continental, sendo este o número de municípios, dos 38 municípios de fronteira, com Ensino Secundário na sua oferta educativa (Pordata, 2022). Este estudo teve como objetivo estudar, com foco no Ensino Secundário, culturas escolares de apropriação territorial de políticas de educação para a cidadania e para a participação de jovens, particularmente atentando às recentes orientações em torno da educação para a cidadania em contexto escolar no sistema educativo português (AR, 2018; DGE, 2025). Procurando compreender como escolas podem, no exercício da educação para a cidadania, promover a participação de jovens, o presente artigo tem como objetivos i) identificar as práticas das escolas que, enquadradas na componente de educação para a cidadania, têm como foco a promoção de competências democráticas e a participação dos jovens para o exercício de uma cidadania ativa e ii) analisar as percepções dos jovens estudantes sobre essas práticas, avaliando em que medida respondem às suas aspirações em torno da educação para a cidadania. Este estudo situa-se epistemologicamente no paradigma fenomenológico-interpretativo, dado procurarmos compreender percepções e significados atribuídos pelos sujeitos participantes (Schütz, 1994).

Os dados empíricos mobilizados resultam da implementação de três técnicas distintas: a análise documental a documentos orientadores, a entrevista semiestruturada a docentes coordenadores e um inquérito por questionário distribuído a jovens. Na tabela que se segue, procura-se dar conta da origem geográfica do material empírico, distribuído pelas diferentes regiões (NUTS II) de Portugal Continental:

Tabela 1
Distribuição geográfica do material empírico.

Região	Norte	Centro	Alentejo	Algarve
Material empírico				
Projetos Educativos	14	4	7	1
Planos Anuais de Atividades	12	2	6	1
Estratégias de Educação para a Cidadania de Escola	9	2	7	1
Entrevistas semiestruturadas	13	5	5	1
Inquérito por questionário	<i>n</i> =98	<i>n</i> =41	<i>n</i> =205	-

Relativamente à análise documental, foram analisados documentos estruturantes das escolas, como os Projetos Educativos de Escola (PEE) (N=26), os Planos Anuais de Atividades (PAA) (N=21) e as Estratégias de Educação para a Cidadania de Escola (EECE) (N=19). As entrevistas semiestruturadas realizadas a docentes responsáveis pela coordenação da educação para a cidadania (N=24) contemplaram, no guião, tópicos relacionados com as questões da participação, nomeadamente o tópico “Educação para a Cidadania em contexto escolar”, com foco nos subtópicos “Estratégias para promover a participação de jovens” e “Estratégias para uma abordagem participativa territorializada”. O inquérito por questionário distribuído a jovens que frequentavam o Ensino Secundário (científico-humanístico e profissional) nestas escolas ($n=344$), contempla questões fechadas com recurso à escala de Likert de 7 pontos e questões abertas. Os questionários foram distribuídos por escolas/ agrupamentos de escola com Ensino Secundário. Optou-se por um método de amostragem não-casual por conveniência (Creswell, 2012), solicitando, dentro daquilo que eram as possibilidades de cada contexto, mobilizar por escola uma turma por cada ano de escolaridade (10º, 11º e 12º). A tabela que se segue apresenta uma caracterização da amostra:

Tabela 2
Caracterização da amostra do inquérito por questionário.

SEXO	n	%	FAIXA ETÁRIA	n	%	ANO DE ESCOLARIDADE	n	%
Masculino	118	34.3	13 a 15 anos	118	34.3	10º ano	138	40.1
Feminino	226	65.7	16 a 18 anos	221	64.2	11º ano	91	26.5
			Mais de 18 anos	5	1.5	12º ano	115	33.4
						CURSO FREQUENTADO	n	%
						Científico-humanístico	341	99.1
						Profissional	3	0.9

Os dados qualitativos (análise documental, entrevistas semiestruturadas e questões abertas do inquérito por questionário) foram analisados aplicando os procedimentos da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), combinando uma abordagem dedutiva e indutiva. Neste artigo, mobilizam-se dados das categorias “Atividades, projetos e iniciativas desenvolvidas no âmbito do trabalho das escolas em educação para a cidadania”, contendo como subtópico a mobilizar “Iniciativas com foco na

participação ao nível comunitário” e “Participação de jovens em contexto escolar”. Os dados quantitativos foram analisados com recurso à análise estatística descritiva, onde se procedeu à análise de frequências, médias e desvio padrão (Field, 2018). Mobilizam-se dados quantitativos dos itens dos grupos 3, referentes às dimensões em torno da participação de jovens em processos de tomada de decisão. Privilegiou-se neste estudo uma análise e discussão dos dados de natureza triangular, considerando os contributos das diferentes fontes de recolha de dados e dos diferentes participantes (Creswell, 2003).

Neste estudo estiveram presentes preocupações de natureza ética, nomeadamente a livre participação, o anonimato, a distribuição de consentimentos informados aos/às participantes e de autorizações aos/às encarregados/as de educação. O inquérito por questionário foi aprovado pelo MIME – Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (Referência: nº 0566300012).

3. “A escola proporciona-nos atividades que nos envolvem como cidadãos”: Escolas como plataformas para a educação para a cidadania e participação de jovens

Os dados empíricos apontam para uma diversidade de práticas e de estratégias de natureza mais participativa, intencionando a participação de jovens estudantes em processos de tomada de decisão e/ou na sua ação cívica e política a nível escolar, local e/ou num raio de ação mais amplificado.

3.1 Educar para a cidadania promovendo a participação e agência de jovens nas suas comunidades: iniciativas desenvolvidas por escolas, comunidades e jovens para uma ação cívica local

As estratégias de escolas de fronteira apontam, no exercício da educação para a cidadania, para um foco na promoção da participação cívica e política dos seus jovens nos seus contextos geográficos mais imediatos. Estas intencionalidades surgem plasmadas, nomeadamente, com o intuito de “fomentar o espírito de partilha e ajuda para com as pessoas diferentes; aceitar as diferenças; promover os valores da solidariedade e da fraternidade.” (PAA 23, Norte), “promover o interesse dos jovens pela participação cívica, reconhecer a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo [e] “desenvolver o espírito voluntariado” (PAA 35, Norte). Estas intencionalidades plasmam, por um lado, o papel que as escolas assumem enquanto espaços para o desenvolvimento de competências cívicas e participativas, de ação comunitária e de promoção de bem-estar comum na promoção de cidadãos ativos (Westheimer & Khane, 2004; Ross, 2012).

Para a prossecução destas intencionalidades, escolas recorrem a estratégias diversificadas e que podem informar práticas em educação para a cidadania de natureza mais participativa e com foco na promoção da participação cívica e política de jovens e, nesse exercício, das suas competências democráticas. Depois de analisados os dados, foi possível dividir as estratégias e iniciativas em dois grupos: iniciativas desenvolvidas por escolas e comunidades para a promoção da participação de jovens; iniciativas desenvolvidas, no âmbito do trabalho em sala de aula em educação para a cidadania, por jovens para as suas comunidades.

Entre o primeiro grupo de iniciativas, destacam-se aquelas como a promoção de campanhas de solidariedade, recolhas de alimentos, ações de sensibilização ou ações de [re]florestação, quer no âmbito de projetos nacionais (e.g., Coastwatch, Ecoescolas, Banco Alimentar, Escola Eletrão), quer naquelas desenvolvidas por escolas ou resultado de uma mobilização conjunta entre escolas e comunidades para da resposta a questões e a problemas identificados a nível local:

“Temos projetos também ao nível do voluntariado que são importantes. Existe aqui um grupo de voluntariado que promove várias iniciativas, como a recolha de papel em troca de alimentos (...)" (Docente Coordenador E20, Alentejo)

“Campanha de solidariedade “Ser para os outros” (Cabaz de Natal). Campanha de recolha de bens alimentares; Entrega de cabazes de Natal a famílias carenteiadas do Agrupamento de Escolas; Fomentar os valores da solidariedade e da partilha; Desenvolver o espírito criativo. (PAA 23, Norte)

“Limpeza da Natureza (Floresta de [nome]) - Atividade enquadrada no projeto Ecoescolas, no projeto educativo e educação para a cidadania: Sensibilização para a sustentabilidade, preservação e responsabilidade - cidadania- dos alunos, relativamente aos problemas ambientais.” (PAA 8, Norte)

As intencionalidades plasmadas nos documentos orientadores e nas percepções de docentes coordenadores deixam compreender preocupações claras com o desenvolvimento não só do envolvimento cívico de estudantes, mas também em promover competências cívicas nos jovens a partir da [própria] experiência cívica, quer ao nível social como socioambiental, procurando uma aprendizagem e conscientização a partir de iniciativas experenciais e ativas (e.g., Jerome, 2012; Kahne & Middaugh, 2008). Por outro lado, atentando particularmente à natureza dos contextos de fronteira, maioritariamente rurais, verificam-se práticas *sensíveis* aos contextos, suas características geográficas e sociais, sugerindo assim o potencial de uma ação educativa participativa como resposta e espaço de intervenção local através da ação das escolas e da participação cívica de jovens, assim como para o desenvolvimento

de uma maior consciência intersocial local (e.g., Sarmento & Oliveira, 2005; Schafft, 2016) ou, no raciocínio inverso, o potencial de uma ação territorializada para a promoção de competências democráticas e de participação de jovens (Autor, 2024; Autor & Autor, 2024).

O segundo grupo de iniciativas, na senda da promoção da participação de jovens nas suas comunidades, relaciona-se com aquelas pensadas e construídas por jovens para dar resposta a problemas por si identificados e que resultam de um trabalho de análise, identificação e construção desenvolvidos na componente curricular de educação para a cidadania, como se exemplifica:

“Havia grupos de alunos a trabalhar nestas duas frentes e chegou-se à conclusão de que, relativamente ao abandono dos animais e às condições em que eles estão no canil, uma forma de ação seria alertar as pessoas e divulgar boas práticas. Foi nesse sentido que eles trabalharam. Os miúdos também fizeram - eles são os maiores a fazer esse tipo de coisas - uma campanha de recolha de alimentos para os animais. Então, foi um bocadinho nesse sentido que os alunos atuaram.”
(Docente Coordenador E15, Centro)

Este exemplo permite-nos destacar que um trabalho em educação para a cidadania com foco nas aspirações de jovens e na possibilidade de construírem projetos e iniciativas não só promovem uma abordagem ativa [e territorializada] à educação para a cidadania, onde jovens se engajam na identificação de aspetos prioritários para si e para os seus contextos, mas também, uma abordagem mais participativa, permitindo que não só experienciem a ação cívica como, por seu intermédio, se tornem atores e agentes de mudança social e de bem-estar das suas comunidades (e.g., Silva & Silva, 2024, 2024 Jerome, 2012).

O elemento diferenciador na abordagem pedagógica a um trabalho participativo de jovens em prol das suas comunidades reside, com efeito, na origem e no nível de participação, conforme preconizado por Hart (1922) ou Lundy (2007). Se nas primeiras os jovens são incentivados a participarem em iniciativas já construídas ou desenhadas, nas segundas eles participam no processo ativo da construção do sentido e da ação. Neste seguimento, surgindo as escolas em ambos os casos como plataformas para o exercício da cidadania ativa e da participação de jovens, o segundo exemplo permite-nos pensá-las, para além disso, como plataformas para a agência de jovens para as suas comunidades, onde jovens se envolvem como atores sociais no processo construtivo de intervenção comunitária (e.g., Silva, 2024).

As percepções dos jovens em torno de abordagens mais participativas apontam para uma valorização, por parte destes participantes, de estratégias que promovem a sua participação nos seus contextos, permitindo-lhes afirmar-se como cidadãos ativos:

“A nossa escola envolve-se muito com o voluntariado, banco alimentar, cabazes para famílias carenciadas.” (Jovem, 12º ano, Alentejo)

“A oportunidade que nos dão de fazer voluntariado” (Jovem, 11º ano, Norte)

“A escola proporciona-nos atividades/ projetos que nos envolvem como cidadãos” (Jovem, 12º ano, Norte).

Os dados permitem-nos demonstrar não só que a participação cívica comunitária, é um aspeto valorizado por jovens no trabalho desenvolvido pelas suas escolas, mas também que esta surge como aspeto que consideram importante para a sua formação em cidadania, demonstrando assim a importância que atribuem aos contextos escolares como espaços de participação e como lugares promotores de participação ao nível comunitário (Silva, 2024; Silva et al., 2023). Atentando particularmente no último excerto, além do que temos discutido, chama à atenção para uma valorização da cidadania no envolvimento em iniciativas que os/as permitem exercê-la na *praxis* educativa.

Em suma, a potencialidade da promoção da participação de jovens pode situar-se em dois raios de ação: ora a partir da definição de estratégias por escolas e comunidades para promover a participação cívica de jovens nos seus contextos – onde, por conseguinte, jovens podem, no exercício da educação para a cidadania, participar como cidadãos ativos nos seus contextos; ora a partir da abertura de escolas, no exercício da educação para a cidadania, para a agência juvenil de um ponto de vista mais amplo, onde jovens não só participam cívicamente nas suas comunidades, mas também, nos projetos com sentido comunitário que pensam, constroem e materializam, emergindo como agentes na arquitetura cívica e social dos seus contextos.

3.2 A participação de jovens em ambiente escolar como espaço de educação para a cidadania: do bem-estar da comunidade escolar à influência de jovens na gestão democrática das [suas] escolas

Considerando a educação para a cidadania de um ponto de vista maximalista (e.g., Kerr, 1999), este estudo procurou também entender como escolas desencadeiam iniciativas ou abrem espaços que promovam a participação de jovens em ambiente escolar, imprimindo assim uma lógica mais democrática na sua ação e nas suas práticas educativas (e.g., Dewey, 1916; Macedo & Araújo, 2014). As iniciativas desenvolvidas por escolas e percecionadas pelos atores como promotoras da participação de jovens em contexto escolar podem encontrar-se ora na promoção de projetos externos, decorrentes das orientações/sugestões normativas, com potencial participativo de jovens em ambiente escolar, ora na valorização de instrumentos intraescolares de participação de jovens.

Projetos como o Ecoescolas e o Orçamento Participativo são disso exemplo, assumindo maior relevo nos dados enquanto espaço para a promoção da participação de jovens em contexto escolar, ora na promoção do bem-estar da comunidade escolar, ora na participação de jovens na construção e definição de orientações para a comunidade escolar:

“[p]roduzir exercícios de cidadania conducentes a uma atitude pró-ativa na comunidade escolar e envolvente” (PE 25, Alentejo).

“(…) promover participação ativa nas decisões da escola, através de um processo democrático” (e.g., PAA 8, Norte)

“O Orçamento Participativo costuma ter um grande envolvimento da parte dos alunos no Ensino Secundário, apresentando medidas e tentando ver quais são as medidas mais úteis para os colegas”. (Docente Coordenador E 35, Norte)

No mesmo sentido apontam os instrumentos a nível intraescolar, como a Associação de Estudantes, a constituição de Assembleias de Turma e de Assembleias de Delegados, fortemente ligados à participação de jovens em ambiente escolar:

“participação dos alunos na criação e execução do projeto educativo, bem como na elaboração do regulamento interno” (PEE 34, Norte)

“melhorar a participação dos alunos na vida da escola” (PEE 36, Sul).

As intencionalidades afirmadas e postuladas demonstram preocupações com a promoção de competências democráticas e da cidadania ativa de jovens a partir do desenvolvimento de iniciativas com foco na sua participação, o que releva uma ligação assumida por estas escolas e atores entre a democracia vivida na escola e a sua importância como fonte para a formação de competências democráticas e de participação de cidadania de jovens (Abrantes, 2023; Breslin & Defour, 2006; Dewey, 1916; Macedo & Araújo, 2014). As escolas assumem, neste postulado, uma intenção democrática de envolvimento de jovens como instrumento para a formação em cidadania dos seus estudantes, procurando promover formas de participação efetiva na arquitetura democrática, como é o caso da elaboração de documentos orientadores da ação educativa, numa educação para a cidadania que se presencia e se vive no *ethos* da escola, numa lógica não circunscrita a um espaço, mas enquanto valor essencial nas culturas de escola (Breslin & Dufour, 2006; Davies, 2012).

Estas preocupações com a participação de jovens em contexto escolar, seja na apropriação de projetos, seja na promoção de espaços intraescolares participativos, encontram eco nas percepções de jovens:

Tabela 2

Desvio padrão e médias dos itens do inquérito por questionário relativos à participação de jovens em contexto escolar (n=344)

Item	n	Média	Desvio Padrão
A minha escola dá oportunidade de fazermos sugestões de iniciativas a desenvolver na escola.	344	4,90	1,75
A escola promove estratégias para envolver os estudantes em processos de decisão.	344	4,65	1,78
Os projetos/iniciativas desenvolvidas na escola surgem da iniciativa dos alunos.	344	4,63	1,64

Os resultados do inquérito por questionário parecem demonstrar, por um lado, uma concordância tendencialmente positiva relativamente às oportunidades de participação em ambiente escolar, conforme demonstrado pela tabela e, por outro lado, uma valorização destas abordagens participativas, o que é mencionado em 84 respostas enquadradas como pontos positivos destacados por jovens no trabalho em educação para a cidadania:

“darmos a nossa opinião para melhorar a escola” (Jovem, 10º ano, Alentejo)
 “valorizam a opinião dos alunos” (Jovem, 11º ano, Alentejo),
 “possibilidade de os alunos apresentarem sugestões de atividades relacionadas com a educação da cidadania” (Jovem, 12º ano, Norte).

Se, por um lado, consegue entender-se um padrão de concordância em torno da abertura de escolas – percecionada pelos jovens – para a sua participação em ambiente escolar, os dados também nos mostram que abordagens mais participativas em contexto escolar são também elas valorizadas por jovens como aspeto a explorar e a valorizar no exercício de educação para a cidadania, o que demonstra que uma valorização da “sua” cidadania e participação, em exercício, como fonte para a sua formação integral e cidadã (e.g., Doğanay, 2012; Lawy & Biesta, 2006).

Em suma, os discursos dos diferentes atores parecem corroborar, por um lado, a existência efetiva de preocupações de escolas na implementação de uma cultura democrática e o seu foco na formação cidadã e, por outro, uma valorização do exercício democrático em ambiente escolar enquanto aspeto essencial a ser experienciado no âmbito da educação para a cidadania, o que vem realçar a importância de abordagens experenciais, que encaram o jovem no exercício da sua cidadania, para um trabalho que possa ser significativo para jovens no desenvolvimento da suas competências democráticas e em cidadania.

Considerações Finais

O estudo procurou identificar e analisar estratégias de escolas para promover a participação de jovens, mobilizando as suas intencionalidades e as percepções de jovens sobre o trabalho desenvolvido em educação para a cidadania nesse âmbito. Os resultados demonstram que escolas, na sua ação educativa em cidadania, procuram imprimir lógicas participativas com foco na comunidade local e democráticas ao nível intraescolar (e.g., Abrantes, 2023; Breslin & Defour, 2006). Além disso, as percepções de jovens parecem não só confirmar que essas preocupações são presentes, nomeadamente através das oportunidades que estes afirmam ter, como são valorizadas como experiências significativas para a sua formação em cidadania “enquanto cidadãos”, isto é, a cidadania aprendida no exercício (e.g., Doğanay, 2012; Lawy & Biesta, 2006).

Retomando o epíteto presente no título, o estudo possibilitou-nos compreender que escolas podem surgir como plataformas de participação e agência em diferentes frentes e dimensões, dimensão valorizada pelos jovens. Num primeiro prisma, percecionar a escola como plataforma de participação permite-nos olhá-la também como espaço de intervenção social no meio a partir de uma abordagem experiencial e vivencial em educação para a cidadania, surgindo como agente ou como espaço de agência de jovens em prol das suas comunidades (Silva, 2024). Por outro lado, e atentando à particularidade destes contextos, abordagens participativas à EpC sensíveis ao local podem promover uma ação territorializada com sentido cívico e um reforço das intersociabilidades locais (e.g., Sarmento & Oliveira, 2005; Schafft, 2016). Noutro prisma, escolas podem assumir-se como plataformas de participação incorporando o exercício democrático nas suas práticas e ação, promovendo a voz e o envolvimento dos jovens na tomada de decisão. Neste sentido, o exercício de uma educação para a cidadania assume não só uma dimensão projetiva na agência política de jovens, mas assume-a como base para a cultura de escola através da sua incorporação.

Agradecimentos

Os autores gostariam de expressar o seu agradecimento às escolas e a todas as pessoas participantes, docentes e jovens estudantes.

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (OPCH) de Portugal 2020, especificamente ao abrigo das Bolsas de Doutoramento da FCT (Referência SFRH/BD/143733/2019). O projeto GROW.UP Jovens a Crescer em Regiões de Fronteira foi financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Norte (NORTE 2020) de Portugal 2020, e pela Fundação Ciência e Tecnologia, IP (FCT) (Referência PTDC/CED-EDG/29943/2017 - POCI-01-0145-FEDER-029943).

Referências Bibliográficas

- Silva, S.M. (2023). Local knowledge integrated in learning experiences: The case of schools and communities from rural border regions of mainland Portugal. *Australian and International Journal of Rural Education*, 33(2), 50–66. <https://doi.org/10.47381/aijre.v33i2.579>
- Silva, N. M. (2024). *Apropriação territorial de políticas de educação para a cidadania e para a participação de jovens: culturas de escola em regiões de fronteira* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório institucional. <https://hdl.handle.net/10216/160321>
- Silva, N. M. (2025). Enfoques inclusivos en escuelas fronterizas y rurales portuguesas ante desafíos sociales: perspectivas del personal escolar. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 28(1), 93–108. <https://doi.org/10.6018/reifop.639381>
- Silva, N.M. & Silva, S. M. (2024). What can I do for my community? Contributing to the promotion of civic engagement through participatory methodologies: The case of young people from border regions of mainland Portugal. *Children Society*, 38, 3–<https://doi.org/10.1111/chso.12824>
- Silva, S.M., Silva, N. M., Arezes, S., Martins, P.S., Faria, S., Dias, V., & Silva, A.M. (2023). Constraints on and facilitators of young people's participation: The case of border regions of mainland Portugal. *JSSE - Journal of Social Science Education*, 22(3). <https://doi.org/10.11576/jsse-5212>
- Abrantes, P. (2023). O orçamento participativo das escolas: um espaço de construção da democracia?. *Educação, Sociedade & Culturas*, (65), 1–19. <https://doi.org/10.24840/esc.vi65.610>
- Assembleia da República [AR] (2018a). Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, 2928-2943.
- Assembleia da República [AR] (2018b). Resolução do Conselho de Ministros n.º 114- A/2018, de 4 de setembro – Aprova o Plano Nacional de Juventude. Diário da República n.º 170/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-09-04, 2-48
- Assembleia da República [AR] (2022), de 13 de setembro - Aprova o II Plano Nacional para a Juventude. Diário da República n.º 177/2022, Série I de 2022-09-13.10 – 102
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo* (4^a ed.). Edições 70.
- Biesta, G. (2011). *Learning democracy in school and society: Education, lifelong learning, and the politics of citizenship*. Springer.
- Bolívar, A. (2012). Educación para la ciudadanía, competencias básicas y equidad. *Revista Espaço Pedagógico*, 16(2). <https://doi.org/10.5335/rep.2013.2221>
- Breslin, T., & Dufour, B. (Eds.). (2006). *Developing citizens: A comprehensive introduction to effective citizenship education in the secondary school*. London: Hodder Education.
- Conselho da Europa (2018). *Reference framework of competences for democratic culture*. Conselho da Europa.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2^a ed.). Sage Publications.

- Creswell, J. W. (2012). *Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research* (4a ed.). Pearson.
- Davies, I. (2012). Perspectives on citizenship education. In James Arthur & Hillary Cremin (Eds.), *Debates in Citizenship Education* (pp. 32-55). Routledge.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. Macmillan.
- de Souza, A.R., Finatti, R.V. (2024). Gestão democrática como currículo na educação. *Revista Lusófona de Educação*, 63, 117-136 117. doi: 10.60543/issn.1645-7250.rle63.08
- Direção-Geral da Educação [DGE] (20125). *Estratégia nacional de educação para a cidadania*. <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/enec-2025.pdf>
- Direção-Geral da Educação [DGE] (2017b). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*.
- Doğanay, A. (2012). A curriculum framework for active democratic citizenship education. In Murray Print & Dirk Lange (Eds.), *Schools, curriculum and civic education for building democratic citizens. civic and political education*. Sense Publishers.
- Field, A. (2018). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (5^a ed.). Sage Publications.
- Hart, R. A. (1992). *Children's participation: From tokenism to citizenship* (Innocenti Essay No. 4). UNICEF International Child Development Centre.
- Henn, M., Nunes, A., & Sloam, J. (2025). *Young people and citizenship education: The impact of studying GCSE Citizenship Studies on young people's democratic engagement and participation*. Association for Citizenship Teaching.
- Hoskins, B., Janmaat, J., & Villalba, E. (2012). Learning citizenship through social participation outside and inside school: An international, multilevel study of young people's learning of citizenship', *British Educational Research Journal*, 38, 419-446.
- Jerome, L. (2012). Service learning and active citizenship education in England. *Education, Citizenship and Social Justice*, 7(1), 59- 70.<https://doi.org/10.1177/1746197911432594>
- Kahne, J., & Middaugh, E. (2008). High quality civic education: What is it and who gets it?, *Social Education*, 72(1), 34.
- Kerr, D. (1999). *Re-examining citizenship education*. National Foundation for Educational Research.
- Lawy, R., & Biesta, G.(2006). Citizenship-as-practice: the educational Implications of an inclusive and relational understanding of Citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8527.2006.00335.x>
- Lundy, L. (2007). 'Voice' is not enough: Conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal*, 33(6), 927-942. <https://doi.org/10.1080/01411920701657033>
- Macedo, E., & Araújo, H. C. (2014). Young Portuguese construction of educational citizenship: commitments and conflicts in semi-disadvantaged secondary schools. *Journal of Youth Studies*, 17(3), 343-359. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.825707>
- Menezes, I. & Ferreira, P. (2014). Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens. *Educar em Revista*, n. 53, 131-147.

- Osler, A., & Starkey, H. (2018). Extending the theory and practice of education for cosmopolitan citizenship. *Educational Review*, 70(1), 31–40.
<https://doi.org/10.1080/00131911.2018.1388616>
- Pontes, A., Henn, M., & Griffiths, M. (2019). Youth political (dis)engagement and the need for citizenship education: Encouraging young people's civic and political participation through the curriculum. *Education, Citizenship and Social Justice*, 14(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/1746197917734542>
- Pordata, Base de dados de Portugal Contemporâneo (2022). Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino – 2020.
- Ross, A. (2012). Education for active citizenship: Practices, policies, promises. *International Journal of Progressive Education*, vol. 8, 3, 7-14.
- Sarmento, M. J., & Oliveira, T. (2005). A escola: O melhor do povo. In M. J. Sarmento & T. Oliveira (Orgs.), *A escola e os direitos das crianças* (pp. 9–27). Braga: Universidade do Minho.
- Schafft, K. A. (2016). Rural education as rural development: Understanding the rural school–community well-being linkage in a 21st-century policy context. *Peabody Journal of Education*, 91(2), 137–154.
- Schütz, A. (1994). *Le chercheur et le quotidien : phénoménologie des sciences sociales*. Mériadiens Klincksieck
- União Europeia [UE] (2018). Estratégia da união europeia para a juventude 2019-2027. *Jornal Oficial da União Europeia*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=GA](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=GA)
- Westheimer, J., & Kahne, J. (2004). What kind of citizen? The politics of educating for democracy. *American Educational Research Journal*, 41(2), 237–269. <https://doi.org/10.3102/00028312041002237>

Nicolas Martins da Silva

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8288-3174>. Email: nicolassilva@fpce.up.pt
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto (FPCEUP), Centro de Investigação
e Intervenção Educativas (CIIE), Porto, Portugal
Centre for Childhood and Youth Research, Faculty of Humanities,
Education and Social Sciences, University of Luxembourg, Luxembourg

Sofia Marques da Silva

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2688-1171>. Email: sofiamsilva@fpce.up.pt
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
da Universidade do Porto (FPCEUP), Centro de Investigação
e Intervenção Educativas (CIIE), Porto, Portugal

Data de submissão: maio de 2025

Data de avaliação: junho de 2025

Data de publicação: dezembro 2025